

WASHINGTON NOVAES *Impasse globalizado*

A dois meses da data marcada para a conferência Rio+10, em Johannesburg, na África Sul, parece claro o impasse. Todos os países concordam, em princípio, que é preciso cumprir a convenção de 1992 e reduzir as emissões de poluentes, para evitar as mudanças climáti-



A Austrália aliou-se aos EUA e ao Canadá e não ratificará o Protocolo de Kyoto

cas; que é preciso proteger a diversidade biológica, também objeto de convenção na Rio-92; que é preciso aumentar a ajuda dos países mais ricos aos mais pobres, como se estabeleceu na Agenda 21 aprovada há dez anos. Mas no terreno prático pouco se consegue avançar. Exemplos claros são a última preparatória da Rio+10, em Bali, a Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, e os eventos mais recentes na área do clima.

Quem tem memória se lembra de que na conferência do Rio de Janeiro, há uma década, o secretário-geral do evento, Maurice Strong, dizia que se tratava da "última oportunidade" para resolvermos essas graves questões - antes que tudo se tornasse irreversível, irreparável, impensável mesmo. Cinco anos depois, na Rio+5, o ex-primeiro-ministro Mikhail Gorbachev, do alto da experiência de ex-comandante de uma superpotência, enfreado nas realidades do mundo, sentenciava que nos restavam, no máximo, 30 anos para enfrentar os desafios: "Se não o fizermos, a Terra poderá dispensar a espécie humana."

Agora, na conferência de Roma, mais de 180 países ratificaram o compromisso de reduzir à metade, até 2015, o contingente de mais de 800 milhões de pessoas - entre elas 300 milhões de crianças - que passam fome no mundo, embora reconheçam que nos cinco anos decorridos da última conferência a redução foi mínima. Na década, admitiram eles, a ajuda dos países ricos aos mais pobres caiu de US\$ 58,2 bilhões anuais para US\$ 53,1 bilhões - em termos de porcentagem do PIB, de 0,36 % para 0,22%

(quando o compromisso da Agenda 21 era de que passassem para 0,7% do PIB, ou US\$ 120 bilhões/ano).

Ao mesmo tempo, os subsídios das nações industrializadas a seus produtos (dificultando as exportações do mais pobres) chegaram a US\$ 650 bilhões/ano (só para a agricultura são

US\$ 300 bilhões anuais). Isso quando, segundo a Organização para a Alimentação e a Agricultura, da ONU, seria necessária uma ajuda adicional ao setor agrícola nas nações mais carentes da ordem de US\$ 24 bilhões anuais para, de fato, conseguir reduzir à metade o número de famintos.

Mas como levar a teoria à prática? Enquanto Estados Unidos e uns poucos seguidores dizem que liberalizando ainda mais o comércio mundial isso acontecerá naturalmente, o restante do mundo quer uma mexida radical nas regras da Organização Mundial de Comércio e marcha à ré na política protecionista. Impasse.

Na última reunião preparatória da Rio+10, em Bali,

o quadro não foi muito diferente. Chegou-se a acordo em muita coisa, no terreno dos princípios e metas, quase nada nos meios de implementação. Ali, de novo, o desacordo esteve nos recursos a serem transferidos (para cumprir a Agenda 21) e no confronto de visões em torno de comércio e finanças internacionais, de quem pagará a conta. Segundo muitos ambientalistas, os países ricos querem desviar o foco das discussões, limitá-lo à questão da pobreza e da ajuda, sem discutir padrões de produção, de consumo e de comércio. O próprio ministro brasileiro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, se disse "desapontado" com a tentativa dos países desenvolvidos de "armar um retrocesso" nas negociações, tentando "reabrir a discussão de conceitos e compromissos já definidos em 1992".

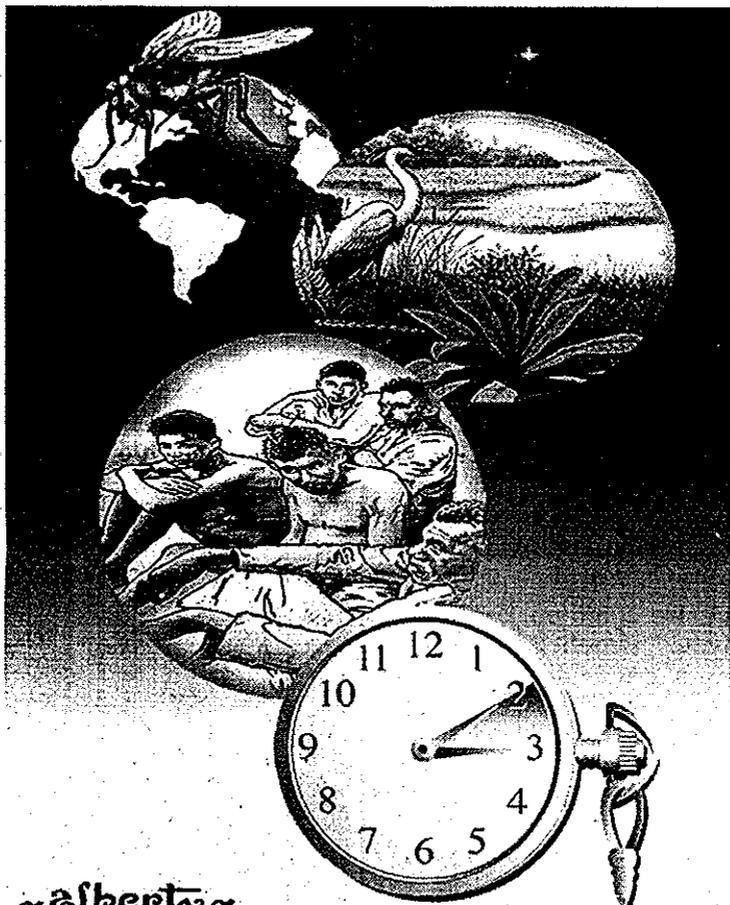
Tem razão. Na área da convenção de mudanças climáticas, por exemplo, as informações mais recentes são inquietantes. Embora Europa e Japão tenham ratificado o Protocolo de Kyoto, a Austrália aliou-se aos Estados Unidos e ao Canadá e não o ratificará. Até aqui, o protocolo está ratificado por 73 países, responsáveis por 35,4% das emissões - e são precisos 55% para que ele entre em vigor.

Mesmo se a Rússia o ratificar, chegar-se-á a 53,2%, insuficientes para pôr em andamento medidas que, se os Estados Unidos aderissem, levariam a uma redução de apenas 5,2% na emissões do conjunto de países industrializados. Norte-americanos e seus parceiros querem ainda anular o princípio da responsabilidade diferenciada, aprovado em 1992, e obrigar países como China, Índia e Brasil a assumir compromissos imediatos de redução.

De nada adianta que um relatório da própria Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos reconheça que as mudanças climáticas neste século afetarão gravemente seu território. Não importa que a ciência esteja dando novas indicações do agravamento progressivo do problema. Fazem-se ouvidos moucos à recomendação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, de reduzir em 60% as emissões. As razões econômicas prevalecem.

Nesse cenário, talvez valha a pena reler o relatório brasileiro para a Rio-92 - *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Praticamente todos os termos do impasse de hoje estavam previstos lá: o "esgotamento dos modelos atuais" para enfrentar as graves questões planetárias; a "fragilidade das instituições locais, regionais e mundiais para enfrentar os desafios"; os "elementos básicos" da crise - "tecnologia e crescimento econômico"; a necessidade de "questionar o estilo de desenvolvimento internacionalizado, que se manifesta principalmente nos processos de modernização da agricultura, urbanização, apropriação da base de recursos naturais e utilização de fontes não renováveis de energia. Tal estilo tem sido determinado em grande parte pela adaptação ao modelo tecnológico das empresas transnacionais, como uma tendência homogeneizadora da economia mundial".

Nesta hora de impasse, vale a pena a releitura. Quando nada, prestar-se-á uma homenagem ao inspirador e condutor do relatório em grande parte do processo - o recém-falecido José Lutzenberger. Será um tributo merecido.



~alberto~